



# **CONCURSEIRO**

## **F O R A   D A   C A I X A**

**DIREITO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

HENRIQUE DE LARA MORAIS  
[www.concursseiroforadacaixa.com.br](http://www.concursseiroforadacaixa.com.br)

# Sumário

---

<b>Convenção Internacional e Aspectos Constitucionais .....</b>	<b>2</b>
Aspectos Constitucionais .....	2
Convenção Internacional e seu Protocolo Facultativo (NY).....	2
<b>Estatuto da Pessoa com Deficiência .....</b>	<b>3</b>
Impedimento e Barreiras.....	3
Definições .....	3
Da Igualdade e da Não Discriminação .....	4
Atendimento Prioritário.....	4
<b>Resolução nº 230 – CNJ.....</b>	<b>5</b>
Considerações Iniciais .....	5
Disposições Relacionadas a Todas as PCD.....	5
<b>Lei 10.098 (acessibilidade), Lei 10.048 (prioridade) e Dec. 5.296.....</b>	<b>7</b>
Lei 10.098 – Lei de acessibilidade.....	7
Lei 10.048 – Lei de atendimento prioritário.....	7
Decreto 5.296 .....	7
<b>Lei 7.853 (integração social) e Decreto 3.298 .....</b>	<b>8</b>
Área de Educação .....	8
Área de Saúde .....	8
Recursos Humanos.....	8
Acesso ao Trabalho.....	8
Ações Coletivas .....	8
Crimes da Lei .....	8
<b>Extra – Exercícios (TEC).....</b>	<b>8</b>

## CONVENÇÃO INTERNACIONAL E ASPECTOS CONSTITUCIONAIS

### ASPECTOS CONSTITUCIONAIS

**Terminologia:** CF adota o termo “*portador de deficiência*” (ERRADO – modelo médico), sendo que deveria ser “*pessoa com deficiência*” (CORRETO – modelo social).

### ARTIGOS MAIS RELEVANTES

Direito Social (trabalho): **LEI reservará % dos cargos e empregos nos concursos** (federal = Lei 8.112 = ATÉ 20%)

★★★ RPPS | RGPS: em ambos regimes são previstos, **como exceção**, a adoção de **critérios diferenciados** para a concessão de aposentadoria e benefícios às PCD – **critérios para tal são definidos em LC**

Competências Constitucionais:

Art. 23, II. É **competência COMUM** da U, E, DF e M CUIDAR da **saúde e assistência pública, da proteção e garantia das PCD:**

Art. 24, XIV. [...] **U, E, DF legislar CONCORRENTEMENTE** sobre **proteção e integração social** das PCD.

Precatórios e RPV: Fazenda Pública (U, E, DF, M + Autarquias + Fundações Públicas).

- Requisição de Pequeno Valor (RPV – MAIS ÁGIL):  $\leq 60$  SM  $\rightarrow$  **para a PCD, o limite é 3x, i.e.,  $\leq 180$  SM**
- Precatório:  $> 60$  SM

Assistência Social: um dos objetivos da AS, *independentemente de contribuição*, é Art. 203, V - a **habilitação e reabilitação** das PCD e a **promoção de sua integração** à vida comunitária;

Salário Família: **1 salário mínimo** à PCD **que não possuir meios de prover a própria manutenção OU tê-la provida por sua família [hipossuficiente]**

Educação: Art. 208, III. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de **atendimento educacional especializado** aos PCD, **PREFERENCIALMENTE** na rede **REGULAR** de ensino. **Cuidado!** Não é “obrigatoriamente”.

### CONVENÇÃO INTERNACIONAL E SEU PROTOCOLO FACULTATIVO (NY)

**Histórico:** Foi o **primeiro diploma específico** no âmbito da ONU que tratou do tema (2006)

**Internalização:** A Convenção sobre os Direitos das PCD e de seu Protocolo Facultativo foram **internalizados** no ordenamento jurídico com **equivalência de EMENDA CONSTITUCIONAL** – normas são CLÁUSULAS PÉTREAS.

### PRINCÍPIOS (MAIS RELEVANTES)

- O respeito pela dignidade inerente, a autonomia individual, e a independência das pessoas;
- A não discriminação;
- A plena e efetiva participação e inclusão na sociedade;
- O respeito pela diferença e pela aceitação das PCD como parte da diversidade humana e da humanidade;
- A igualdade de oportunidades;
- A **acessibilidade (é um princípio E um direito)**
- A igualdade entre o homem e a mulher; e
- O respeito pelo desenvolvimento das capacidades das crianças com deficiência e pelo direito das crianças com deficiência de preservar sua identidade.

### DIREITOS (MAIS RELEVANTES)

São vários. A ideia na hora da prova é *pensar que são direitos básicos de qualquer cidadão* e por isso também o são para as PCD.

- Proteção especial às mulheres e crianças com deficiência
- Proteção específica em situação de risco e emergências humanitárias
- Promoção de vida independente e inclusão na comunidade
- Programas de habilitação e reabilitação

As obrigações impostas ao Estado devem ser **implementadas progressivamente** (“*na medida do possível*”). Há também previsão de cooperação internacional e criação de órgãos específicos para tratar do tema. A fim de fiscalizar a implementação das medidas são previstos **relatórios periodicamente encaminhados ao Comitê**.

## ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

### IMPEDIMENTO E BARREIRAS

Art. 2º *Pessoa com Deficiência*: **IMPEDIMENTO** de **LONGO PRAZO** de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, **o qual, em INTERAÇÃO com uma ou mais BARREIRAS**, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade **em igualdade de condições com as demais pessoas**.

§1º A **avaliação da deficiência**, *quando necessária*, será **BIO-PSICO-SOCIAL**, realizada por **equipe multiprofissional** e **interdisciplinar** e considerará:

- I - os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;
- II - os fatores **socioambientais, psicológicos e pessoais**;
- III - a limitação no desempenho de atividades; e
- IV - a restrição de participação.

§2º **Poder EXECUTIVO** criará **INSTRUMENTOS** para avaliação.

### DEFINIÇÕES

<b>Acompanhante</b>	Aquele que <u>acompanha a PCD, podendo ou não desempenhar as funções de atendente pessoal</u>
<b>Acessibilidade</b>	<u>Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, espaços, mobiliários, transportes, edificações, etc., na zona urbana e rural, por PCD ou com mobilidade reduzida</u>
<b>Desenho Universal</b>	Concepção de <b>produtos, ambientes, programas e SERVIÇOS</b> a serem <b>usados por TODAS</b> as pessoas, <b>SEM necessidade de adaptação</b> ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva
<b>Tec. Assistiva = Ajuda Técnica</b>	Produtos, equipamentos, dispositivos, etc. que objetivem <u>promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da PCD ou com mobilidade reduzida</u> [...]
<b>Comunicação</b>	Forma de <u>interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, Libras, a visualização de textos, o Braille, incluindo as TI e das comunicações</u> .
<b>Adaptações Razoáveis</b>	<u>Adaptações, modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional e indevido</u> [...]
<b>Elemento De Urbanização</b>	<u>Quaisquer componentes de obras de urbanização, tais como os referentes a pavimentação, saneamento, encanamento, distribuição de energia, IP, etc.</u>
<b>Mobiliário Urbano</b>	Conjunto de <u>objetos existentes nas vias e nos espaços públicos</u> , tais como <b>semáforos, postes, pontos de acesso coletivo às telecomunicações, fontes de água, lixeiras, toldos, bancos, quiosques</b> , etc.
<b>Moradia p/ vida independente</b>	Moradia <u>com estruturas adequadas</u> capazes de proporcionar <u>serviços de apoio coletivos e individualizados</u> que respeitem e ampliem o grau de autonomia de <b>jovens e adultos</b> .
<b>Pessoa c/ mob. reduzida</b>	<u>Aquele que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de MOVIMENTAÇÃO, PERMANENTE ou TEMPORÁRIA, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso</u>
<b>Residências Inclusivas</b>	Unidades de oferta do <b>SUAS</b> localizadas em <u>áreas residenciais</u> , com estruturas adequadas, que possam contar com <u>apoio psicossocial para o atendimento</u> , destinadas a <b>jovens e adultos com deficiência</b> , em situação de dependência, que <b>não dispõem de condições</b> e com vínculos familiares fragilizados ou rompidos
<b>Atendente Pessoal</b>	Pessoa, <b>membro ou não da família</b> , que, <b>com ou sem remuneração</b> , assiste ou presta cuidados básicos e essenciais à PCD nas suas <b>atividades DIÁRIAS</b> , <b>excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas</b>
<b>Profissional de Apoio Escolar</b>	Pessoa que exerce atividades de <b>alimentação, higiene e locomoção</b> do <b>ESTUDANTE com deficiência</b> , em <b>todos os níveis e modalidades de ensino</b> , em <b>instituições públicas e privadas</b> , <b>excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas</b>

**Barreiras**

Qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que **limite** ou **impeça a participação**, bem como o **gozo, a fruição e o exercício de seus direitos**.

**Urbanísticas:** nas **VIAS e ESPAÇOS públicos e privados** abertos ao público ou de uso coletivo

**Arquitetônicas:** nos **EDIFÍCIOS** públicos e privados

**Transportes:** as existentes nos sistemas e meios de transportes

**Comunicações e na informação:** dificulte ou impossibilite a expressão ou recebimento de mensagens e informações por sistemas de comunicação e de TI

**Atitudinais:** atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem

**Tecnológicas:** as que dificultam ou impedem o acesso da PCD às tecnologias

## DA IGUALDADE E DA NÃO DISCRIMINAÇÃO

Art. 4º, § 1º Discriminação: toda forma de **distinção, restrição ou exclusão**, por **ação ou omissão**, que tenha o propósito ou o efeito de **prejudicar, impedir ou anular** o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de PCD, incluindo a **RECUSA** de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.

§ 2º A PCD **NÃO está obrigada à fruição de benefícios** (EX: **NÃO é obrigada a concorrer por cotas**)

Único. **Especialmente vulneráveis:** a **CRIANÇA**, o **ADOLESCENTE**, a **MULHER** e o **IDOSO**, com deficiência.

Art. 6º A **deficiência NÃO afeta a plena capacidade civil**, inclusive para:

I - casar-se e constituir **união estável**;

IV - [...] **VEDADA a esterilização compulsória**;

VI - **direito à guarda, à tutela, à curatela e à adoção**, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades.

Art. 76, §1º - **Votar e SER VOTADO**, inclusive no caso de curatela e tomada de decisão apoiada.

Art. 7º É **dever de TODOS comunicar** à autoridade **ameaça ou violação aos direitos da PCD**.

Único. Se, no exercício de suas funções, os **juízes** e os **tribunais** tiverem **conhecimento de fatos que caracterizem as violações**, devem remeter peças ao MP para as providências cabíveis.

Art. 8º **DEVER** do Estado, da sociedade e da família **assegurar à PCD, com prioridade**, a **efetivação dos direitos**

## ATENDIMENTO PRIORITÁRIO

Art. 9º A PCD tem direito a receber **ATENDIMENTO PRIORITÁRIO**, sobretudo com a finalidade de:

I - **proteção e socorro em QUAISQUER circunstâncias**;

II - atendimento em **TODAS as instituições e serviços de atendimento ao público**;

III - disponibilização de recursos, tanto humanos quanto tecnológicos, que garantam atendimento em igualdade de condições com as demais pessoas;

IV - disponibilização de **pontos de parada, estações e terminais acessíveis** de transporte coletivo de passageiros e garantia de segurança no embarque e no desembarque;

V - **acesso a informações** e disponibilização de recursos de comunicação acessíveis;

VI - ★ recebimento de **restituição de IRPF**;

VII - ★ **tramitação processual e procedimentos JUDICIAIS e ADM.**, em **TODOS os atos e diligências**.

§1º Os direitos previstos neste artigo são **EXTENSIVOS ao acompanhante da PCD** ou ao seu **atendente pessoal**, **EXCETO quanto ao disposto nos incisos VI e VII deste artigo**.

§2º Nos serviços de **emergência**, a **prioridade é CONDICIONADA** aos **protocolos de atendimento médico**.

Art. 12. O **consentimento** da PCD é **INDISPENSÁVEL** para a **realização de tratamento, procedimento, hospitalização e pesquisa científica** – se curatela, PCD deve participar no maior grau possível.

Art. 20. As operadoras de **planos e seguros privados de saúde** são **OBRIGADAS** a garantir à PCD, **no mínimo, TODOS os serviços e produtos ofertados aos demais clientes** – **não pode reduzir cobertura, mesmo se reduzir preço.**

## RESOLUÇÃO Nº 230 – CNJ

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

- A resolução leva em consideração a **igualdade em sentido MATERIAL**
- Acessibilidade é um **princípio** E um **direito**

### DISPOSIÇÕES RELACIONADAS A TODAS AS PCD

#### SUBSEÇÃO I - DA IGUALDADE E DA INCLUSÃO

Art. 3º [...] **adotar-se-ão**, com **URGÊNCIA**, medidas para **eliminar e prevenir quaisquer barreiras** [...]

#### SUBSEÇÃO II - DA ACESSIBILIDADE COM SEGURANÇA E AUTONOMIA

Art. 4º Para **promover a acessibilidade** dever-se-á, entre outras atividades, promover:

- I – **Atendimento ao Público** – pessoal, por telefone ou por qualquer meio eletrônico – que seja adequado [...];
- II – **Adaptações Arquitetônicas** que permitam a **livre e autonomia movimentação** [...]; e
- III – **Acesso facilitado para a circulação de transporte público** nos locais mais próximos possíveis [...]

§ 2º **CADA Órgão do Judiciário: MÍN. 5% de servidores, funcionários e terceirizados capacitados para Libras.**

Art. 6º **TODOS** os **procedimentos licitatórios** do **Judiciário** deverão se **ater para produtos acessíveis as PCD**, sejam servidores ou não; §1º e 2º O **desenho universal** será **sempre regra geral**; se **não for possível** → **adaptação razoável**

Art. 7º Os órgãos do Judiciário deverão, com **URGÊNCIA**, **proporcionar aos seus usuários processo eletrônico adequado e acessível a TODOS os tipos de deficiência** [...].

### ESTACIONAMENTO (RESERVA DE VAGAS)

**Usuários EXTERNOS:** Art. 4º, § 6º **RESERVA**, nos **estacionamentos** abertos ao público = **2%, garantida, MÍN. 1;**

§7º **Mesmo se todas as vagas disponíveis estiverem ocupadas**, ADM deverá agir com o máximo de empenho para facilitar o acesso, **ainda que**, para tanto, seja necessário **dar acesso a vaga destinada ao público interno** do órgão.

**Usuários INTERNOS:** Art. 25 Se houver **qualquer tipo** de **estacionamento INTERNO**, será **garantido ao servidor com deficiência** que possua comprometimento de mobilidade **vaga no local mais próximo ao seu local de trabalho.**

§ 1º [...] deve-se **GARANTIR vaga no estacionamento interno A CADA SERVIDOR com mobilidade comprometida** – **NÃO se aplica o % do usuário externo.**

#### SUBSEÇÃO III - COMISSÕES PERMANENTES DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO (CPAI)

Art. 10 Serão instituídas por **cada Tribunal**, no **prazo máximo de 45 dias**, com participação de **magistrados e servidores, com e sem deficiência**, objetivando: **fiscalizem, planejem, elaborem e acompanhem os projetos arquitetônicos e “pedagógicos” de treinamento e capacitação**, com **fixação de metas ANUAIS** [...]:

- II – **locação de imóveis, aquisição ou construções** novas **SOMENTE deverão ser feitas se com acessibilidade**;
- III – permissão de entrada e permanência de **cães-guias em TODAS as dependências** dos edifícios e sua extensão;
- VII – **nomeação ou permissão de utilização de guia interprete** [PCD auditiva e visual], o qual deverá prestar compromisso e, em **qualquer hipótese**, será **custeado pela Administração** dos órgãos do Judiciário;
- VIII – registro da audiência, **caso o Juiz entenda necessário**, por filmagem de todos os atos, sempre que presente **PCD AUDITIVA**;
- X – inclusão, em **TODOS os editais de concursos**, da previsão de reserva de cargos, **inclusive magistratura**;
- XI – **anotação na capa dos autos** da **prioridade concedida** à tramitação de **processos ADM cuja parte seja PCD** e de **processos JUD se ≥ 60 anos ou portadora de doença grave**;

Art. 11 Os **órgãos do Judiciário** devem criar **unidades administrativas** específicas, **diretamente vinculadas à Presidência** de cada órgão, responsáveis pela implementação das ações da CPAI – STF e CNJ *têm regras específicas*.

Art. 12 É **indispensável parecer** da CPAI em questões relacionadas aos **direitos das PCD, acessibilidade e inclusão**.

### **CAPÍTULO III - SERVIDORES COM DEFICIÊNCIA**

#### **SEÇÃO III - DA INCLUSÃO DE PCD NO SERVIÇO PÚBLICO**

Art. 19 Os editais de concursos do Judiciário e de seus serviços auxiliares **deverão prever, disciplina DPCD**.

Art. 21 **CADA ÓRGÃO** do Judiciário deverá **manter um cadastro** dos servidores, serventuários extrajudiciais e terceirizados com **deficiência que trabalham** no seu quadro – **Cuidado! NÃO É ATRIBUIÇÃO DO CNJ**.

§ 1º Esse cadastro deve especificar as **deficiências e as necessidades particulares** [...]

§ 2º A atualização permanente; **revisão detalhada 1x vez por ano**.

Art. 22 Constitui modo de inclusão da PCD no trabalho a colocação competitiva, o fornecimento de recursos de tecnologia assistiva e a adaptação razoável no ambiente de trabalho.

Parágrafo único. A colocação competitiva da PCD pode ocorrer por meio de **trabalho com apoio** [...]

Art. 23 A **PCD tem direito ao trabalho de sua livre escolha e aceitação**, em ambiente acessível e inclusivo, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

§ 1º Os **órgão do Judiciário** são **OBRIGADOS** a garantir ambientes de trabalho **acessíveis e inclusivos**.

#### **Home Office**

Art. 26 **PRIORIDADE** aos servidores com **mobilidade comprometida** [...]

§ 1º A Administração **NÃO** poderá obrigá-lo a utilizar o “home office” [...]

§ 2º **Caso opte: custos** de adaptação deverão ser **suportados EXCLUSIVAMENTE pela ADM**.

Art. 30 **PRIORIDADE** aos servidores que tenham **cônjuge, filho ou dependente com deficiência**.

#### **SEÇÃO IV – DO HORÁRIO ESPECIAL**

Art. 29 [...]

§ 1º **Banco de horas: também admitido** em relação ao servidor com **horário especial**, MAS de **modo proporcional**.

§ 2º Ao servidor c/ horário especial **NÃO poderá ser negado ou dificultado**, o **exercício de FC ou CC**.

§ 3º O servidor com horário especial **NÃO será obrigado a realizar**, conforme o interesse da Adm., **HE**, se essa extensão da sua JT puder ocasionar qualquer dano à sua saúde.

### **CAPÍTULO IV - CÔNJUGE, FILHO OU DEPENDENTE COM DEFICIÊNCIA**

#### **SEÇÃO I - DA FACILITAÇÃO DOS CUIDADOS**

Art. 31 Se houver serviço de saúde no órgão, ao cônjuge, filho ou dependente com deficiência de servidor será garantido atendimento compatível com as suas deficiências.

### **CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 33 Incorre em **pena de ADVERTÊNCIA** o servidor, terceirizado ou o serventuário extrajudicial que:

I – [...] **não se empenhe**, com a **máxima celeridade** possível, para a **supressão e prevenção de barreiras**;

II – [...] **não se empenhe**, com a **máxima celeridade** possível, para **estabelecer a condição de acessibilidade**;

III – [...] **qualquer outra espécie de ATITUDE DISCRIMINATÓRIA**.

§ 1º [...], **tendo conhecimento do descumprimento de um dos incisos do caput deste artigo**, deixar de comunicá-lo-á **autoridade competente**, para que esta promova a apuração do fato.



## LEI 10.098 (ACESSIBILIDADE), LEI 10.048 (PRIORIDADE) E DEC. 5.296

### LEI 10.098 – LEI DE ACESSIBILIDADE

Abrangência	Pessoas com deficiência + Pessoas com mobilidade reduzida
Finalidade	<p><b>SUPRESSÃO DE BARREIRAS</b> nas <i>vias e espaços públicos, mobiliário urbano, construção e forma de edifícios</i> e nos <i>meios de transporte e comunicação</i>.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Construção, reforma e ampliação de EDIFICAÇÕES de <b>uso público ou coletivo: desenho UNIVERSAL</b></li> <li>Mobiliário urbano deve ser acessível (EX: sinal sonoro no semáforo)</li> </ul>
Elementos de Urbanização	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ <b>BRINQUEDOS</b> em parques de diversão: MÍN. 5% devem ser acessíveis</li> <li>➤ <b>VAGAS</b> estacionamento: MÍN. 2%, assegurado, <b>ao menos, 1 vaga, PRÓXIMO</b> ao local;</li> <li>➤ <b>Banheiros PÚBLICOS</b>: pelo menos UMA unidade acessível com <b>entrada independente</b> dos de uso coletivo, <b>POR PAVIMENTO</b>;</li> </ul>
Edificações	<b>Cuidado! NÃO são todos os acessos</b> ao interior de uma edificação (pública ou privada) que devem estar <b>totalmente livres de barreiras</b> , mas <b>pelo menos UM desses acessos</b>
Outros itens relevantes	<ul style="list-style-type: none"> <li>Poder público <b>DEVE</b> implementar <b>formação de intérpretes</b> (braile, Libras, etc.)</li> <li><b>Centros Comerciais</b>: devem fornecer <b>carros e cadeiras de rodas, motorizados ou não</b>;</li> <li><b>Edifícios Privados</b>: Executivo FEDERAL <b>pode</b> exigir % mínimo de unidades acessíveis (<b>não podem ser cobrados preços diferenciados</b>);</li> </ul>

### LEI 10.048 – LEI DE ATENDIMENTO PRIORITÁRIO

<b>Terão atendimento prioritário:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) PCD</li> <li>b) Idoso (+60 anos)</li> <li>c) Gestantes</li> <li>d) Lactantes</li> <li>e) Pessoas com criança de <b>COLO</b></li> <li>f) <b>OBESOS</b></li> </ul>	<b>OBRIGADOS a dispensar atendimento imediato e tratamento diferenciado</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Repartições públicas (<b>ADMD</b> e <b>ADMI</b>)</li> <li>▪ Concessionárias de serviço público</li> <li>▪ Instituições financeiras (<b>TODAS</b>)</li> <li>▪ Instituições <b>COMERCIAIS</b></li> </ul>
--	---

O que é atendimento prioritário? Assentos preferenciais, mobiliários de recepção e atendimento (cadeirantes), **capacitação de pessoas**, áreas de embarque e desembarque, sinalização, **cães-guia**.

**Cuidado!** Na literalidade da LEI, a questão de **assentos preferenciais NÃO abrange o OBESO**.

### DECRETO 5.296

**Deficiência Mental** funcionamento intelectual **significativamente inferior à média (1)**, com **manifestação antes dos 18 anos (2)** e **limitações associadas a 2+ áreas de habilidades adaptativas (3)** – lazer é uma delas!

**Deficiência Auditiva** perda **BILATERAL, parcial ou total**, de 41+ (dB), aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1kHz, 2kHz e 3kHz

**Deficiência Visual** baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05, **no melhor olho, com a melhor correção óptica**.



## LEI 7.853 (INTEGRAÇÃO SOCIAL) E DECRETO 3.298

### ÁREA DE EDUCAÇÃO

- A lei fala em “escola ESPECIAL”, mas cuidado, não é o que diz a CF
- Nível **pré-escolar** de ensino é **OBRIGATÓRIO** em **unidades hospitalares**.
- Matrícula **COMPULSÓRIA**

### ÁREA DE SAÚDE

- Promoção de ações preventivas
- Oferta de serviços especializados para **habilitação e reabilitação**
- Atendimento DOMICILIAR de **deficiente grave não internado**

### RECURSOS HUMANOS

- Formação e qualificação de profissionais, especialmente na educação
- Incentivo à P&D tecnológico na área (desenhos universais; técnica de acessibilidade; tecnologias assistivas)

### ACESSO AO TRABALHO

Empregados	
100 a 200	2%
201 a 500	3%
501 a 1000	4%
+1000	5%

Com beneficiários do INSS reabilitados ou PCD habilitado

**NÃO há incentivo tributário para quem contrata acima do mínimo**

- Atribuição do TEM
- Na conta, % decimal deve ser arredondado para CIMA

**Colocação competitiva:** processo de **contratação regular**, que **INDEPENDE** da adoção de procedimentos especiais

**Colocação seletiva:** processo de **contratação regular** que **DEPENDE** da adoção de procedimentos e apoios especiais

### AÇÕES COLETIVAS

**Legitimados:** MP, DP, U, E, DF e **associação constituída há mais de 1 ano**, com finalidades de proteção PCD...

Art. 5º O Ministério Público **intervirá obrigatoriamente** nas ações públicas, **coletivas ou individuais** (...)

**Requisição de Infos:** deve ser respondida pelo órgão requisitado em 15 dias, **SALVO** segurança nacional;

**Eficácia:** erga omnes

### CRIMES DA LEI

**MULTA + 2-5 anos de RECLUSÃO** (1/3 se contra menor de 18 ou praticado em atendimento de urgência)

### EXTRA – EXERCÍCIOS (TEC)



São questões de várias bancas (basta excluir das questões as bancas que não te interessam) e níveis (questões simples às complexas). Complemente esse caderno com questões que você já selecionou como favoritas / importantes, para revisar nas semanas anteriores à prova. Link: <https://tec.ec/s/Qgumf>